

Fechando o Cerc

A promiscuidade entre inflação e desenvolvimento continua a oferecer rendimentos políticos. Não faltam defensores da falida teoria de que é a inflação que impulsiona a economia, pelo menos nos países atrasados. Sabe-se pela prática que a inflação desenvolve fortunas pessoais rápidas. O que é bom para bolsos de indivíduos protegidos contra a competição ou supridos por subsídios nunca é bom para a economia.

Os mais aguerridos defensores do desenvolvimento em causa própria consideram a inflação um mal benigno para a economia nacional. Jamais concedem prioridade ao saneamento financeiro, como ficou demonstrado na resistência ao espírito de austeridade que patrocinou a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias na Comissão Mista do Congresso que deu o toque à proposta do Executivo.

O significado político dessa batalha parlamentar não garante a vitória final no Congresso: as diretrizes orçamentárias irão ao voto do plenário e, apesar da sombra da hiperinflação, não faltarão no debate final os interesses pessoais mais variados. Na verdade não é o desenvolvimento que está em causa, mas a inflação que consome as melhores energias da sociedade e do próprio Estado. Há anos o Brasil deixou de se desenvolver.

Mediante um trabalho apostolar de três deputados — Cid Carvalho (PMDB), César Maia (PDT) e José Serra (PSDB) — as diretrizes foram adequadas ao Orçamento da União para 1990 de modo a garantir a governabilidade do país sob o futuro presidente, afastando o perigo da hiperinflação que fecha o cerco à economia em ano eleitoral. O candidato que vier a ser eleito a 15 de novembro tem desde já a garantia, contra pressões políticas, da impossibilidade de aumentar gastos de pessoal, dos cortes (pela metade) dos subsídios e dos incentivos fiscais. A drenagem é profunda no canal das despesas que caberiam

melhor na rubrica *mordomias*, infelizmente dispersa sob outras previsões de gastos.

O atual governo também está protegido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias que o deixam a salvo de pressões para empenhar, nos dois primeiros meses e meio do próximo ano, as dotações e comprometer a administração que o sucederá. É previsível o aumento das pressões políticas na votação da lei de diretrizes porque o clientelismo quer semear desde já para colher votos nas eleições parlamentares do próximo ano.

Esses políticos jamais falam dos malefícios que a inflação inflige à sociedade, em especial às parcelas de menor renda, porque eles trabalham num plano mais alto de interesses. Falam de desenvolvimento com a boca cheia de subsídios e privilégios que confundem interesses pessoais com interesses públicos. Quando estão em dificuldade bancária, valem-se do mandato para conseguir favores oficiais. E, quando não estão, patrocinam os clientes eternamente atrasados e inadimplentes em tudo que seja obrigação.

A votação da lei no plenário da Câmara vai servir politicamente para a aferição de um novo senso de responsabilidade compatível com o grau de poder que a representação política recebeu da Constituinte. Deputados e senadores não são mais repassadores de verba sem a visão das necessidades conjuntas, como acontecia no autoritarismo que deixou ao Congresso uma atuação formal. A nação vai avaliar a sua representação política com uma severidade que é exigência da própria eleição, pois os que se apresentarem à renovação do voto serão julgados por tudo que tiverem feito ou deixado de fazer no interesse do Brasil e dos brasileiros, e não no interesse de cada um. Se não for o começo de novos tempos políticos, poderá se consumar a liquidação da entressafra.